

---

## POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA: ENTREVISTA COM ANTENOR VAZ

---

Entrevistadora  
**Suelen Madureira Saraiva (UNIFAP)<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/2116306164392253>

<https://orcid.org/0000-0001-5384-829X>

### APRESENTAÇÃO<sup>2</sup>

Os povos indígenas existentes na América do Sul habitam essa região desde muito, conforme apontam fontes historiográficas, arqueológicas e sociológicas. Notadamente falando do Brasil, os povos indígenas que aqui residem são variados étnica e linguisticamente. Dentro desse segmento populacional é que existem aqueles



denominados como povos indígenas isolados e de recente contato. Esses povos que optam por manter-se afastados do restante da sociedade nacional sofrem com inúmeras problemáticas que advêm do fluxo de garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais, obras de infraestrutura e madeireiros, por exemplo, que exercem atividades econômicas ilegais em seus territórios, gerando destruição ambiental e ameaça à saúde e vida dessas populações.

Nessa órbita, o Estado, que possui legislação específica e órgãos de fiscalização, deveria agir no sentido de

inibir tais ameaças aos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato. Porém, aparentemente, o que ocorre é justamente o contrário. O Estado brasileiro parece se omitir dentro do universo dessa problemática. Não somente isso, parece ser conivente com tais práticas devastadoras de vidas e lugares. Em um país tão dividido quanto visto atualmente no Brasil, é mais que urgente encontrar soluções práticas, ainda mais em um contexto que impera a disseminação da Covid-19.

Desse modo, a entrevista feita aqui é com Antenor Vaz, consultor independente e membro do GTI PIACI (Grupo de Trabalho Internacional pela Proteção dos Pueblos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial) e Consultor para a América do

---

<sup>1</sup> Discente de Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal do Amapá. E-mail: [suellemmadureira314@gmail.com](mailto:suellemmadureira314@gmail.com).

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 25 de agosto de 2022.

Sul para a Land is Life. Por ser especialista na questão dos povos indígenas isolados e de recente contato, Vaz foi convidado a responder a algumas das principais questões que circundam essa temática.

- 1) *Fazendo um levantamento de informações a respeito do senhor, percebe-se que sua atuação profissional é voltada à temática dos povos isolados. Dando início às questões, o que são os povos indígenas isolados?*

Na verdade não existe uma definição consensuada pela academia, mas de uma forma geral são povos indígenas que por razões diversas, geralmente traumáticas para esses povos, optaram por não estabelecer contato com pessoas de fora do seu grupo. Isso não significa que eles não tenham relações com o entorno, às vezes esses povos são avistados, às vezes existe conflito. Então de uma certa forma existe uma comunicação desses povos com o externo, o próprio conflito é uma forma de se comunicar. Minha compreensão é essa.

- 2) *Se no plano geral a população brasileira demonstra ter pouco conhecimento sobre a situação dos povos indígenas, o caso específico dos povos indígenas isolados e de recente contato nesse panorama talvez gere um maior desconhecimento entre as pessoas. Diante de tal afirmação, você poderia comentar o quanto essa falta de compreensão pode ser prejudicial na luta contra as diversas problemáticas que atravessam os povos indígenas isolados?*

Eu tenho atuado nessa questão de povos isolados a 35 anos. Ao longo desses anos trabalhando na Amazônia eu confesso que no início dos meus trabalhos era quase que impossível estabelecer um diálogo fora das pessoas que trabalhavam com esse tema. Existia um desconhecimento quase que generalizado não só no Brasil mas em toda América do sul. Por outro lado, hoje em dia esse conhecimento está bastante alastrado tanto que, se der uma busca no google, se encontrará muitas matérias e uma quantidade considerável de grupos de alunos de mestrado e doutorado se debruçando e produzindo documentos e textos acadêmicos acerca desses povos. Mas assim, falando de população brasileira, considerando o todo, eu acredito que esse tema ainda é bastante desconhecido.

- 3) *Sabe-se que a questão dos povos indígenas no Brasil é muito complexa, levando em consideração que esses povos já habitavam essas terras muito antes da chegada dos colonizadores, que geraram complicações socioculturais e socioambientais. Mais recentemente, pelo menos desde a década de 70, séc. XX, os povos indígenas alcançaram mais autonomia através de reivindicações políticas do movimento indígena. Por outro lado, onde se encontram os povos indígenas isolados e de recente contato dentro dessa dinâmica? Do seu ponto de vista o isolamento desses povos pode ser encarado como um ato político?*

Olhe, a grande maioria de registro de povos isolados está na Amazônia muito embora sabe-se que existe registro também no Chaco paraguaio e no Cerrado brasileiro... mas ao todo no Brasil, oficialmente (Funai) agora se fala em 114 registros. No entanto, a gente pode acrescentar que dados do último levantamento que a Funai publicou, no qual consta a informação de confirmados outros povos indígenas isolados, no entorno de 118 a 119 registros, mas oficialmente a Funai só fala de 114. Na América do Sul temos 185 registros, porém também existem registros de povos isolados na Malásia e também na Papua-Nova Guiné, isso é do meu conhecimento. Indiscutivelmente, a minha postura ao

longo dos últimos anos têm sido afirmar que esses povos rejeitam estabelecer relações contínuas e/ou permanentes com a sociedade envolvente, por discordar desse modelo que, historicamente, leva à morte. Logo, não há outra forma de caracterizar a atitude do isolamento, se não, como um ato político.

- 4) *Os povos indígenas isolados e de recente contato em termos percentuais são poucos se comparados com outros segmentos populacionais indígenas que não se encontram dentro dessa situação. Talvez por estarem dentro dessa categoria são mais desprezados pelas políticas de Estado e pela Legislação, ainda mais em um contexto político notável de desprezo com os povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, eu lhe pergunto, qual a política do Estado Brasileiro com relação aos indígenas isolados?*

Agora existe um único decreto que foi aprovado pelo congresso que foi o decreto interministerial, entre o Ministério da Saúde e a Funai que instituiu uma política de saúde para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato. Isso de um ponto de vista administrativo e jurídico. No entanto, o Estado Brasileiro por meio da Funai, desde 1988, em respeito à autodeterminação dos povos, instituiu o “não contato” com princípio norteador da relação do Estado com os povos indígenas isolados.

Esclareço que: se antes o Estado entendia que para proteger os isolados era necessário fazer o contato... aí eu abro um parêntese (geralmente o Estado promovia o contato com um grupo de indígenas, pois entendia que esses grupos indígenas estava sendo, na visão do Estado, um empecilho para a realização de obras, estradas ou construção de hidrelétricas). Então foi somente a partir de 88 quando a Funai criou um conjunto de portarias e diretrizes, dentre elas a que destaca que o contato não deve ser a prerrogativa primeira do Estado. O contato só deve ser feito em casos extremos de garantia da sobrevivência desses povos ou se os próprios indígenas procurarem o contato.

A partir dessa nova prerrogativa do Estado não deve desencadear ações na perspectiva de estabelecer o contato. O Brasil foi pioneiro com essa postura, e influenciou todos os Estados da América do Sul para adotar a prerrogativa do não contato. Todos os Estados-Nação da América do Sul onde há a presença de indígenas isolados (que são 7 países, e existe o possível 8º que é o Suriname que ainda está em processo de confirmação) adotaram o princípio do não contato, enquanto prerrogativa de sua autodeterminação. Isso foi muito interessante porque quando se diz que não se deve fazer o contato isso significa que tem que abandonar os índios à própria sorte e deixá-los abandonados? Não! O Estado também criou sistema de proteção aos indígenas que aqui no Brasil são chamados de isolados.

O Brasil criou um sistema de proteção muito complexo, porém ele está subdividido. No primeiro momento é necessário confirmar se esses povos realmente existem. Uma vez feito isso, confirmada a existência, dar-se início ao trabalho de localização, que não é localização somente geográfica, e sim, uma localização que indaga: quem é esse povo? O que eles comem? Como eles usam o seu território? Como eles conseguem a matéria-prima para confeccionar a sua cultura material? De que modo são feitas as suas habitações? Onde eles estão localizados? Esse é o trabalho de localização.

Consequentemente, na medida que se faz esse trabalho você também localiza os perigos sob os quais esses povos estão submetidos, principalmente devido à alta vulnerabilidade a que estão submetidos. E com todos esses trabalhos, construídos durante anos, existem levantamentos bibliográficos, levantamentos históricos, levantamentos linguísticos e levantamentos executados em campo diretamente na selva para conseguir registrar os vestígios que esses povos deixam ao conviver com a floresta e, paralelo a

isso, também tem o sistema de monitoramento e vigilância e, por último, o sistema de educação etnoambiental do entorno. Isto é, fazer com que as pessoas que vivem no entorno de região onde existem esses povos isolados compreendam e passem a ser aliados na proteção dessa população.

Por outro lado, o grande problema é que o setor da Funai que trabalha com os povos indígenas isolados e de recente contato e a Funai como um todo, nos últimos anos, têm vivenciado uma situação de sucateamento muito grande, por exemplo, que faz com que equipes que trabalham em campo intituladas como Frentes de Proteção Etnoambientais, hoje em dia, não contam com infraestrutura humana e material para implementar esse sistema de proteção. E houve um agravamento profundo a partir de 2019 com a entrada do governo Bolsonaro.

*5) O senhor poderia falar sobre como se dá o processo de migração forçada dos povos indígenas em situação de isolamento na região amazônica?*

Não só na região amazônica, mas também no cerrado brasileiro e Chaco Paraguai. O que a gente tem constatado é que existe uma pressão muito forte sobre os territórios dos povos indígenas em geral e especificamente dos povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial. Hoje é possível afirmar que todos os territórios onde existem povos indígenas isolados ou de recente contato estão ameaçados seja pela própria ausência e/ou presença do Estado: quando desenvolvem grandes projetos que afetam seus territórios, seja também pela ausência do Estado quando não exerce o poder de fiscalização.

Tal conduta fragiliza os territórios, deixando-os submetidos a invasões ilícitas de madeireiros, garimpeiros, pescadores, narcotraficantes e também de missionários proselitistas e fundamentalistas. A pressão é muito grande, em suma, é gigantesca e o Estado não consegue responder. Os isolados que não se representam frente ao Estado, por serem isolados, dado que não acessam os canais legítimos, são os mais vulneráveis de todos, a exemplo os Yanomami e Munduruku, que estão vivenciando um processo quase que de genocídio, dada as ações ilícitas que ocorrem em seus territórios.

*6) Do ponto de vista prático, isto é, da sua atuação enquanto especialista em povos indígenas isolados e de recente contato, o senhor poderia mencionar as principais problemáticas do seu ofício?*

Eu posso separar em dois momentos, o primeiro é quando eu atuava diretamente em campo, no qual eu trabalhei como chefe e coordenador de várias frentes de proteção na Amazônia legal e no cerrado. No período em que eu atuava em campo a grande dificuldade era ter o apoio material e humano por parte da Funai para desenvolver as ações protetivas, pois o meu trabalho se dava geralmente em regiões muito inóspitas e que exigia pessoas qualificadas e um material muito específico para se trabalhar. Essa situação sempre foi constante nos meus 35 anos de ações em campo. Posteriormente eu trabalhei um pouco dentro da Funai, já aqui na sede em Brasília, e a grande dificuldade era também de recursos humanos, financeiros e um grande problema de articulação política, porque quando você se debruça para desencadear um processo de proteção em campo você precisa de medidas, que envolve várias instituições do executivo, legislativo e judiciário e essa articulação esbarra nos interesses político, em detrimento dos direitos desses povos.

No entanto, a Funai que a partir de um determinado momento deixou de ser executora da política de saúde, de educação, passou a precisar do apoio de outras instituições como:

Polícia Federal, Ibama etc. Esse cenário dificultou a articulação interministerial e interinstitucional. Por exemplo, você precisava acessar a Sesai para que os membros da equipe que entram na mata na qual tinha a presença de povos isolados tivessem uma cobertura vacinal completa e sempre essa relação entre a Sesai e a Funai foi muito difícil.

Quando se constatava a presença de ilícitos nos territórios, a Funai sem o poder de polícia, logo, tinha que acionar os órgãos seja o Ibama, seja a Polícia Federal ou florestal, em um processo no qual a comunicação é muito debilitada.

Atualmente eu já estou aposentado, mas continuo trabalhando com a questão dos povos indígenas isolados, só que no âmbito das consultorias e formação de novos quadros. A dificuldade que eu sinto no exercício dessa consultoria é que é muito difícil transformar as proposições que nós desencadeamos, por meio das organizações indígenas por meio das organizações não governamentais aliadas que trabalham com povo isolados e de recente contato é acionar o Estado para que ele tome as providências e elaborem e consolidem as políticas públicas.

7) *Atualmente no Brasil temos o governo de extrema-direita do presidente Jair Bolsonaro. Dentro desse espectro, adota-se um discurso extremamente contrário aos grupos minoritários, tendo em vista que o presidente deixa bem transparente o seu posicionamento favorável à exploração econômica nos locais de morada dos povos indígenas. A partir do que foi dito, o senhor poderia explicar como a existência do governo do presidente Bolsonaro pode afetar esses agrupamentos humanos específicos?*

Está bastante claro que o governo Bolsonaro é um governo anti-indígena, e me parece que das proposições que ele fez durante a campanha, ele consegue colocar em prática as proposições que afetam diretamente a autodeterminação dos povos indígenas isolados e seus territórios. Um momento muito emblemático ocorreu logo no início do governo Bolsonaro: ele queria transferir todas as atribuições da Funai para o Ministério da Agricultura e para o Ministério da Mulher, os quais são ministérios que têm posturas completamente anti-indígenas, mas graças a uma grande mobilização juntamente com a intervenção do judiciário brasileiro isso não ocorreu.

No entanto, já que ele não conseguiu levar essas atribuições para ministérios que possuem interesses contrários aos interesses indígenas ele passou a indicar e nomear pessoas, dentro da Funai, reconhecidamente anti-indígenas, com vínculo com o agronegócio, aliados com os setores energéticos que são ligados, por consequência, com os setores de exploração mineral. Inclusive loteou a Funai para missionários, indicando um coordenador geral de indígenas isolados e de recente contato o Sr. Ricardo Lopes, que é um missionário vinculado a uma organização missionária de cunho fundamentalista e a favor de estabelecer os contatos.

Esse missionário passou a ser coordenador geral exatamente quando a missão evangélica a qual ele pertence era a favor do contato, mas depois de muita pressão e brigas internas na Funai esse servidor foi exonerado do cargo e de lá pra cá foram entrando pessoas que não têm compromisso com a questão dos isolados. Dentro desse panorama, essa é a interferência do Bolsonaro. É desse modo que ele entende e se relaciona com os índios, ou seja, de uma forma em que prevalece o desrespeito à autodeterminação dos povos, levando, portanto, a uma profunda repercussão nas bases.

Além disso, o que é muito preocupante é que o discurso presidencial é um discurso a favor da exploração dos territórios, favorável a presença do agronegócio e da exploração mineral, assim, esse discurso favorece completamente a entrada de garimpeiros dentro dos territórios indígenas. Todavia, esse discurso não fica só no executivo,

percebe-se também no poder legislativo, tanto é que se você procurar vai achar uma quantidade grande de projetos de leis e decretos que interferem na vida desses grupos e com o cunho totalmente anti-indígena.

- 8) *O Brasil é tido como um dos países no mundo que possui uma legislação, com a Constituição de 1988, que mais criou avanços no campo dos direitos dos povos indígenas. O conteúdo teórico da CF de 88 é extremamente importante e baliza as questões ligadas a essas populações. Todavia, quando se verifica a eficiência desses direitos conquistados no mundo prático, as coisas são bem diferentes. No seu ponto de vista, como seria possível resolver essa questão paradoxal?*

Olha indiscutivelmente a constituição de 1988 foi um grande avanço na luta em defesa e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, principalmente porque primeiro ela derrubou a tutela na qual os indígenas passaram a ser conhecidos como sujeitos de direitos, ao reconhecer os direitos dos povos indígenas a partir de seus usos, costumes, línguas e tradições. O Brasil se declarou como uma país pluriétnico e, indiscutivelmente, existe uma distância muito grande entre o paradigma do indígena tutelado para o indígena quanto sujeito de direito.

Toda a história seja da colônia, seja da república e da nova república toda a prática do Estado foi numa perspectiva da tutela. Nesse sentido, para você mudar a prática do Estado para um novo paradigma do indígena enquanto sujeito de direitos requer um tempo, o qual o Brasil teve e, eu acredito, que tivemos um conjunto de avanços nesse campo. Só pra se ter ideia o Brasil tem uma quantidade de terras indígenas consideráveis apesar de estar muito aquém da realidade, de modo que houve um avanço sim em questão de definições territoriais, avanços nos campos da educação e da saúde, mas muito a se avançar.

Agora, no governo Bolsonaro, nunca se viu um retrocesso tão grande, a partir de 2019. A postura do poder executivo a partir do presidente da república tem sido uma postura que retrocedeu ao século XVI, na qual voltou-se à concepção integracionista. Por outro lado, temos um paradoxo que a gente pode citar, que justamente a constituição de 88 derrubou a perspectiva integracionista ao reconhecer os direitos, costumes e tradições desses povos.

Diante disso, a gente percebe alguns aspectos importantes: primeiro a debilidade do judiciário em fazer valer o que está escrito na constituição, a debilidade da sociedade brasileira em combater essas posturas inconstitucionais e a grande dificuldade dos povos indígenas de se mobilizarem e se articularem, com a perspectiva de fazer frente a essas questões. Ressalto que as organizações indígenas vêm realizando mobilizações e indiscutivelmente lutando contra esse estado de coisas que retrocede seus direitos.

Em contrapartida, eu acredito que a partir da constituição os povos indígenas conseguiram se organizar e hoje a gente vê um movimento bastante expressivo a partir de suas organizações de bases, articulações regionais e as articulações nacionais. Principalmente quando o movimento indígena estava lutando para fazer valer os seus direitos. A partir de 2019 a luta dos povos indígenas e organizações é com vista a garantir o que já foi conquistado, porque o executivo, legislativo e parte do judiciário não faz valer o que está na constituição

- 9) *Recentemente vivenciamos o assassinato de Bruno Pereira, ex-coordenador da Funai na TI Vale do Javari, e de Dom Philipps, jornalista inglês radicado no Brasil, tal acontecimento representa um verdadeiro sintoma da situação atual. Como o senhor avalia esse triste episódio, levando em consideração interesses*

*políticos nocivos do atual Governo?*

Olha a morte do Bruno e do Dom é a ponta do iceberg, porque não sei se você acompanha, mas todo o ano o CIMI divulga um relatório da violência sobre os povos indígenas e esse ano eles lançaram – há cinco dias atrás – o último relatório referente a 2021. Em 2021 bateu o recorde de indígenas mortos e defensores dos povos indígenas mortos e assassinados. O Bruno assim como inúmeros servidores da Funai foram perseguidos e foram assassinados exatamente por estarem em campo desenvolvendo ações de proteção. Eu diria que é impossível você conversar com qualquer servidor da Funai que de fato vai a campo para desenvolver ações protetivas que não tenham passado por algum momento de perseguição ou de ameaça.

O Brasil é um dos países que mais mata defensores do meio ambiente e indigenistas. Então eu acho, assim, que se fosse só o Bruno que tivesse sido assassinado não teria tido a repercussão que teve caso não estivesse com ele o jornalista inglês. O fato de o Dom estar junto e ter sido vítima dessa trágica morte deu uma repercussão internacional ao caso.

*10) Existem várias causas que colocam os povos indígenas isolados e de recente contato em situação de vulnerabilidade, dentre elas há a vulnerabilidade imunológica. Você poderia falar um pouco sobre essa vulnerabilidade específica?*

A questão da vulnerabilidade é bastante complexa, principalmente do ponto de vista conceitual, é muito comum a gente ouvir que os povos indígenas são vulneráveis, na minha concepção os povos indígenas não **são** vulneráveis, mas sim, eles **estão** submetidos a um conjunto de fatores que vulnerabiliza esses povos. Logo, são vários tipos de vulnerabilidades, no entanto, existe uma vulnerabilidade social, epidemiológica, política e demográfica,

A que você se refere, a epidemiológica, é muito grave porque esses povos não têm memória imunológica para as doenças vindas do ocidente (principalmente as infecto contagiosas), no entanto eles têm um sistema imunológico bastante eficiente para as doenças tropicais. Isso fica muito fácil da gente entender a partir do advento da Covid-19, pois nós passamos por um processo de isolamento, já que o nosso organismo não tinha uma memória imunológica para fazer frente a essa doença.

Nesse sentido, os povos indígenas isolados passam por esse processo há séculos, ou seja, uma simples gripe pode fazer com que os indígenas em dois dias cheguem a um quadro tal que no quarto dia com alta febre e pneumonia, já venha quase a óbito. Então essa é uma das vulnerabilidades bastante perigosa, posto que um contato que ele tenha com o invasor, mesmo que a pessoa não apresente sintomas de gripe (mas todos nós carregamos o vírus da gripe dentro da gente), assim o contato direto com esses índios seja por troca de roupa ou aperto de mão, pode ser fatal. E não contamina só um indígena, pois se esse indígena for pra aldeia ele contamina toda a aldeia, e com três dias não tem ninguém nessa aldeia com capacidade de caçar ou até mesmo sair para buscar água para beber, está todo mundo prostrado.

*11) Em meio a essa questão gostaria de saber se existem informações e dados que apresentem a contaminação por COVID-19 entre os isolados?*

Não. Até pelo fato de não se ter contato direto com essas pessoas, o que existe são levantamentos em povos indígenas com história de contato que contraíram Covid-19. A COIAB fez um monitoramento quase que semanal onde eles informavam, por meio de

boletins públicos. Nesse levantamento é possível você separar quais desses que contraíram Covid-19 vivem em territórios com a presença de isolados ou qual desses eram vizinhos de regiões onde tem povos isolados. Isso aí precisa fazer uma análise mais detalhada. Mas não se tem levantamentos populacionais e não se tem levantamentos de saúde dos povos indígenas em situação de isolamento, agora existe sim para povos de recente contato.